

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS – CESC  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**ANDRESSA VENERANDA DA SILVA**

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR ALFABETIZADOR PARA A  
AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA DO ALUNO SURDO NA PERSPECTIVA  
DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE CAXIAS-MA**

**CAXIAS - MA  
2021**

**ANDRESSA VENERANDA DA SILVA**

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR ALFABETIZADOR PARA A  
AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA DO ALUNO SURDO NA PERSPECTIVA  
DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE CAXIAS-MA**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação e Curso de Pedagogia do Centro de Estudos Superiores de Caxias – CESC/UEMA para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia

**Orientadora:** Profa. Dra. Marcia Raika e Silva Lima

**CAXIAS - MA  
2021**

S586p Silva, Andressa Veneranda da

A prática pedagógica do professor alfabetização para a aquisição da leitura e escrita do aluno surdo na perspectiva da educação inclusiva na cidade de Caxias-MA / Andressa Veneranda da Silva. \_\_Caxias: CESC/UEMA, 2021.

50f.

Orientador: Prof. Dra. Marcia Raika e Silva Lima.

Monografia (Graduação) – Centro de Estudos Superiores de Caxias, Curso de Licenciatura em Pedagogia.

1. Alfabetização. 2. Educação inclusiva. 3. Sinais – Língua Brasileira. I. Título.

CDU 376

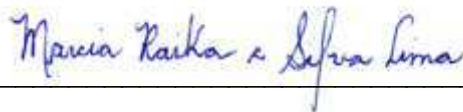
**ANDRESSA VENERANDA DA SILVA**

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR ALFABETIZADOR PARA A  
AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA DO ALUNO SURDO NA PERSPECTIVA  
DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE CAXIAS-MA.**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação e Curso de Pedagogia do Centro de Estudos Superiores de Caxias – CESC/UEMA para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia

Aprovado em: 16 / 12 / 2021

**BANCA EXAMINADORA**



---

Profa. Dra. Marcia Raika e Silva Lima (Orientadora)

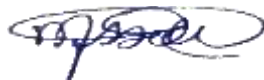
Doutora em Educação-CESC/UEMA



---

Profa. Ma. Marinalva Veras Medeiros

Mestra em Educação-PPGED/UFPA



---

Profa. Ma. Maria de Fátima Sousa Silva

Mestra em Educação-UNESP/SP

A Deus, pois sem ele nada se concretizaria, em segundo lugar dedico a minha mãe e a meu pai, que foram e continuam sendo os grandes incentivadores dos meus sonhos, que sempre me deram forças para continuar lutando.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero aqui expressar toda a minha gratidão, primeiramente agradeço aquele que me deu a possibilidade de lutar pelos meus sonhos, ao meu Deus fiel, que nos meus momentos de angústia me deu forças e não me deixou desistir. Agradeço à todas as pessoas que estiveram comigo durante todo este percurso, amigos e familiares que contribuíram direta e indiretamente, em especial, sou grata a todo apoio e dedicação dos meus pais, pois eles são os principais motivadores dos meus sonhos e que jamais descreditaram do meu potencial e da minha capacidade de voar em busca dos meus objetivos, a eles eu dedico toda a minha vitória, foi por eles e para eles.

Não poderia jamais deixar de expressar minha gratidão a casa de estudantes de Caxias, nossa Cec. Nesta casa vivi momentos incríveis, como também passei por momentos difíceis que hoje eu vejo apenas como pedras que me ajudaram a construir o meu caminho até aqui, sou grata primeiramente por ter sido meu lar durante quase dois anos, quando eu me vi a ponto de desistir de um sonho por não ter um lugar para morar, apareceu em minha vida uma pessoa enviada por Deus, que me apresentou a casa do estudante e graças a ela eu estou aqui hoje escrevendo um pouco de tudo que vivi para chegar onde estou, tudo isso como muita alegria no peito e gratidão pelos ensinamentos, Obrigada Cec.

A Andressa de hoje é uma pessoa totalmente diferente da Andressa de 4 anos atrás quando iniciei essa jornada, durante todo esse tempo vivendo fora da casa dos meus pais, aprendi a dar valor a pequenas coisas, hoje cada momento que posso passar com meus pais e familiares para mim são valiosos e únicos, pois comecei a compreender as coisas de uma forma diferente e madura. Lembro-me dos banhos demorados por conta dos choros em baixo do chuveiro, a saudade de casa era tamanha que o banho era o momento propício para descarregar toda saudade e tristeza. Enfim, hoje compreendo que tudo isso fez parte da minha construção enquanto pessoa e futura profissional docente. Gratidão à todos que fizeram parte dessa minha construção, desde o dia que saí de casa tudo que tenho passado venho tentando enxergar como aprendizado, e de fato tem sido, pois hoje me sinto mais forte, sinto-me uma mulher corajosa e orgulhosa de todo meu processo para chegar até aqui.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”.

*Paulo Freire, 1998.*

## RESUMO

O presente trabalho intitula-se: a prática pedagógica do professor alfabetizador para a aquisição da leitura e escrita do aluno surdo na perspectiva da educação inclusiva na cidade de Caxias-MA. Este estudo tem com questão norteadora: Como acontece a prática pedagógica do professor alfabetizador em vista da aquisição de leitura e escrita dos alunos surdos? com intuito de respondê-la realizamos uma coleta de dados, a qual utilizamos o questionário aberto. A pesquisa tem como objetivo geral: analisar a prática pedagógica do professor alfabetizador na perspectiva inclusiva da criança surda na cidade de Caxias-MA, e como objetivos específicos: Identificar as dificuldades dos professores no processo de alfabetização do aluno surdo; Entender como se dá o processo de alfabetização da criança surda e Caracterizar a prática pedagógica do professor alfabetizador em vista da alfabetização da criança surda. Foram contribuintes desta pesquisa, três professores que trabalharam o processo de alfabetização com crianças surdas, este estudo nos possibilitou evidenciar que a Educação Inclusiva é regida por lei, assim como a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, que neste trabalho nos proporcionou perceber que o professor que possui especialização ou curso de formação, ou que domine mesmo que de forma intermediária a Língua de Sinais consegue exercer sua prática pedagógica de forma mais efetiva e significativa. Os resultados obtidos com a devolutiva dos questionários proporcionaram um entendimento maior sobre todo o processo de ensino-aprendizado e desenvolvimento do aluno surdo. Os alunos com surdez apresentam dificuldades assim como os alunos ouvintes, o processo de alfabetização e letramento destas crianças com surdez acontece através da memorização, por meio de apresentação de figuras, desenhos e ilustrações, dessa forma o aluno surdo vai aprendendo e memorizando o alfabeto, compreendendo, dando sentido e significado ao mundo ao seu redor.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Educação Inclusiva. Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS.



## **ABSTRACT**

This paper is entitled: literacy teacher's pedagogical practices for the acquisition of reading and writing of deaf students from inclusive education's topic in Caxias-MA. The guiding question of this study is: How does the literacy teacher's pedagogical practice happen in view of the acquisition of reading and writing of deaf students? The research has as a general objective: to analyze the pedagogical practice of the literacy teacher in the inclusive perspective of the deaf child in the city of Caxias-MA, and as specific objectives: Identify the difficulties of teachers in the literacy process of the deaf student; Understand how the literacy process of the deaf child occurs and characterize the pedagogical practice of the literacy teacher in view of the literacy of the deaf child. Three teachers who worked and/or work in the literacy process with deaf children were the interviewing in which it can evidence which Inclusive Education is governed by law, as well as the Brazilian Sign Language - LIBRAS, which in this work provided to realize that the teacher who has specialization or training course, or that dominates even in an intermediate way the Sign Language can exercise its pedagogical practice more effectively and significantly. The results obtained with the return of the quiz provided a greater understanding of the whole process of teaching-learning and development of deaf students. The deaf students have difficulties in addition as the hearing students, the literacy process and literacy of these children with deafness happen through memorization, through the presentation of figures, drawings and illustrations, thus the deaf student will learn and memorize the alphabet, understanding, giving meaning and significance to the world around him.

**Keywords:** Literacy. Inclusive Education. Brazilian Sign Language - LIBRAS.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 - Descrição dos participantes da pesquisa.....</b>	<b>40</b>
<b>Tabela 2 - Concepção dos professores sobre a Alfabetização .....</b>	<b>41</b>
<b>Tabela 3 - Compreensão dos professores sobre Língua Brasileira de Sinais- Libras.....</b>	<b>42</b>
<b>Tabela 4- Socialização sobre a comunicação entre professor e aluno através da LIBRAS.....</b>	<b>4</b>
<b>2</b>	
<b>Tabela 5- Atividades de leitura e escrita que inclua o aluno surdo.....</b>	<b>43</b>
<b>Tabela 6- Sentimentos dos professores ao identificar um aluno surdo em sua sala de aula.....</b>	<b>44</b>
<b>Tabela 7- Socialização acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores para promover a alfabetização de alunos surdos .....</b>	<b>45</b>
<b>Tabela 8 - Métodos e/ou recursos para trabalhar a aquisição de leitura e escrita .....</b>	<b>46</b>
<b>Tabela 9- Relatos acerca dos avanços na aprendizagem e desenvolvimento da criança surda.....</b>	<b>47</b>
<b>Tabela 10 - Relatos acerca dos avanços na aprendizagem e desenvolvimento da criança surda.....</b>	<b>48</b>
<b>Tabela 11 - Diferença na escrita do aluno surdo comparado ao aluno ouvinte...49</b>	

## **LISTA DE SIGLAS**

**AEE:** Atendimento Educacional Especializado

**BNCC:** Base Nacional Comum Curricular

**LBI:** Lei Brasileira de Inclusão

**LDBEN:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**PCN:** Parâmetros Nacionais Curriculares

**PDE:** Plano de desenvolvimento da Educação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO EDUCACIONAL.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 O processo de alfabetização de alunos surdos .....</b>	<b>21</b>
<b>3 ALFABETIZAÇÃO E ASPECTOS EDUCACIONAIS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO.....</b>	<b>23</b>
<b>4 REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS .....</b>	<b>27</b>
<b>4.1 Políticas públicas de Inclusão Educacional .....</b>	<b>28</b>
<b>5 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROFESSOR ALFABETIZADOR NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ALUNO SURDO .....</b>	<b>32</b>
<b>5.1 Habilidades de leitura e escrita: níveis de aprendizagem do aluno surdo...</b>	<b>34</b>
<b>6 METODOLOGIA .....</b>	<b>39</b>
<b>7 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>40</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>5</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “A Prática Pedagógica do Professor Alfabetizador para a Aquisição da Leitura e Escrita do Aluno Surdo na Perspectiva da Educação Inclusiva na cidade de Caxias - MA”, caracteriza-se como uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa e descritiva, apresentando uma discussão importante acerca de dois temas bastante relevante e significativo nos dias atuais: Inclusão e Alfabetização.

Sabe-se que a educação é um direito de todos, previsto na Constituição Federal de 1988 Art. 205, que determina, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988, p.123).

O direito a uma educação de qualidade e a uma escola digna é garantido não somente para as pessoas comumente ditas "normais", mas também um direito para todas as pessoas que possuam necessidades especiais. Mesmo diante de tantas leis que asseguram o direito à educação e à inclusão escolar e social, nota-se uma enorme falha na hora de fazer acontecer esta inclusão.

Dessa forma, há a necessidade de estudar e lutar para que ocorra de fato a inclusão escolar, pois como bem se sabe, todos os alunos, sejam aqueles que tenham necessidades educativas e especiais ou não, possuem o direito de estar em sala de aula e desfrutar de todos os benefícios do processo de escolarização, sendo esse um direito que não lhes pode ser negado.

Acresce-se a essa pesquisa, os estudos sobre a alfabetização das crianças com deficiência auditiva. Nessa perspectiva, o objetivo geral deste estudo é analisar como acontece a prática do professor que tem alunos surdos incluídos no processo de alfabetização, pois como afirma Ferreiro (2000, p. 31) “nenhuma prática pedagógica é neutra. Todas estão apoiadas em certo modo de conceber o processo de aprendizagem e o objeto dessa aprendizagem”. Nesse sentido, cabe ao professor inventar e reinventar sua prática pedagógica para melhor atender as especificidades de seus alunos.

Uma escola inclusiva implica em mudanças, já que para assegurar a inclusão, é preciso mudar, ou seja, ter em mente outra perspectiva, refazer as práticas, as metodologias, e principalmente, tornar a escola um ambiente acolhedor, em que as crianças se sintam bem em estar no ambiente escolar. Um lugar que acolha as diferenças e que elas sejam valorizadas no processo de ensino. Entende-se que que

cada aluno, seja ele especial ou não, possui sua subjetividade e o seu próprio modo de aprender. Nessa perspectiva, eles carregam consigo uma bagagem de experiência que devem ser levadas em consideração no momento de alfabetizar estas crianças.

Com o passar dos anos, o conceito de Inclusão vem adquirindo modificações. Entretanto, é perceptível que ele apresenta algumas lacunas a serem preenchidas. Primeiramente, era realizado o movimento denominado segregação, associado ao fato de as crianças e jovens com necessidades especiais serem excluídos do ambiente escolar. Somente as crianças e jovens ditos “normais” frequentavam o ambiente escolar, ou seja, não havia espaço destinados ao atendimento e ensino de pessoas com deficiência.

Esse movimento foi duramente criticado e rejeitado, o que fez com que surgisse um posterior a ele, o movimento de integração escolar, no qual as crianças passariam a frequentar o ensino regular na escola normal, mas não havia nenhuma adaptação arquitetônica em termos de estrutura escolar além de profissionais especializados para receber e atender as necessidades dessas crianças especiais. Embora elas frequentassem o espaço escolar, não viam suas necessidades sendo atendidas, pois com a não adaptação para a assistência, o processo escolar não acontecia.

Para buscar e criar novas formas de aprendizagem que venham somar com a prática dos professores no processo de alfabetização e inclusão escolar, far-se-á uma reflexão, alicerçadas nas ideias de Vygotsky (1989), Ferreiro (1999, 2000) e Soares (2004, 2016), uma vez suas contribuições têm muito a cooperar com a discussão acerca de como a criança se desenvolve e aprende nesse processo de alfabetização.

Este estudo visa, por meio da aplicação de questionários de forma remota (Google Forms e/ou WhatsApp) aos professores alfabetizadores, com o intuito de atingir os objetivos específicos da pesquisa, que são eles: Identificar as dificuldades dos professores no processo de alfabetização do aluno surdo; Entender como se dá o processo de alfabetização da criança surda e Caracterizar a prática pedagógica do professor alfabetizador em vista da alfabetização da criança surda.

Para Vygotsky (1989, p. 14) “um defeito ou problema físico, qualquer que seja sua natureza, desafia o organismo”, que possamos, como educadores e futuros educadores pegar este desafio como motivação para tornarmos sujeitos críticos e reflexivos para sempre está em busca de melhores métodos e melhores habilidades e qualificações para atender essas crianças com necessidades educativas especiais”.

Este estudo se organiza a partir de 3 eixos de discussão. O primeiro eixo a ser abordado trata-se de uma abordagem acerca do processo de Alfabetização e Inclusão Educacional, em que é trazido um breve levantamento da trajetória percorrida da luta por inclusão.

Nisso, a fim de esclarecer acerca dos direitos das crianças com surdez, são discutidas algumas das principais leis que asseguram o direito a essas crianças, principalmente no que se refere ao quesito educação. Sobre este assunto, é debatido em uma subseção do eixo 1, denominado Políticas Públicas de Inclusão Educacional.

Em seguida, no eixo 2, será discutido sobre a alfabetização e aspectos educacionais no processo de inclusão do aluno surdo, para que haja esclarecimentos sobre como acontece o processo de inserção desses alunos no ambiente escolar, e de que forma é trabalhado e desenvolvido os seus processos de ensino-aprendizagem. Nesse eixo, também é focado a respeito das problemáticas da alfabetização no processo de inclusão do aluno surdo

No terceiro e último eixo, é trazido uma discussão sobre as práticas pedagógicas do professor alfabetizador no processo de formação do aluno surdo, em que se busca relatar vivências e práticas pedagógicas dos professores no processo de alfabetização dessas crianças com o intuito de entender como de fato acontece, e também como se pode ajudar no processo.

Pretende-se além de uma eficiente compreensão da temática, ressaltar a importância de discutir a temática da inclusão, ressaltando que ela não é definida como o ato de tornar o outro igual, mas sim de respeitar as diferenças e aprender a conviver de forma harmônica com elas. Nesse sentido, viu-se a necessidade de pesquisar o tema, já que ele permite que ocorra diálogos possíveis entre alfabetização e inclusão, temas bastantes abrangentes e necessários que somados, promovem o desenvolvimento educacional do aluno surdo.

## 2 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO EDUCACIONAL

Alfabetização não se trata apenas de codificar e decodificar palavras. Ela está para além disso. Nesse meandro, alfabetização é o processo de aquisição da leitura (fonemas) e da escrita (grafemas), estas relacionadas as práticas sociais de leitura e escrita, pois dessa forma se faz alfabetização, fazendo com que o educando reflita qual a necessidades das habilidades que ele está aprendendo e para que elas servem no contexto social em que eles estão inseridos.

Ferreiro (1999, p. 47 *apud* DUARTE; ROSSI, 2008, p. 03) afirma que “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola é que não termina ao finalizar a escola primária”. Em vista disso, nota-se que a educação, e especificamente o processo de alfabetização inicia bem antes de a criança adentrar à sala de aula.

Começa, portanto, no seio familiar, através das trocas de experiências e interação social que mantém com aqueles que estão ao seu redor. Com isso, entende-se o quão importante é a relação família e escola para o desenvolvimento das habilidades e aprendizagem do indivíduo e para o alcance de uma educação inclusiva.

O processo de alfabetização é considerado por muitos autores, como um fenômeno complexo, que requer bastante empenho e desenvolvimento tanto por parte dos professores quanto dos alunos. Segundo Magda Soares (2020, p. 15) a alfabetização é de uma:

[...] multiplicidade de perspectivas, resultante da colaboração de diferentes áreas de conhecimentos, e de uma pluralidade de enfoques, exigida pela natureza do fenômeno, que envolve atores (professores e alunos(as) e seus contextos culturais, métodos, material e meios.

Nessa perspectiva, nota-se o quão complexo e ao mesmo tempo o quão importante é o processo de alfabetização na vida escolar de uma criança, já que é de suma relevância para a formação educacional. É a base do processo, não podendo avançar o grau de escolarização de uma criança sem que ela passe por esse processo de alfabetização e letramento. A partir dele, essa, então criança, se tornara em um ser pensante e crítico, refletindo a realidade de seu cotidiano.

A alfabetização é um momento delicado, pois a criança está se descobrindo e desvendando o mundo ao seu redor, portanto exige bastante dedicação tanto por parte dos pais e professores, como também por parte dos alunos, para que assim esse processo que se conclua de maneira significativa e eficaz.



A prática de alfabetização é considerada, sob o enfoque do senso comum, como um processo de codificação e decodificação de letras, não concebendo que ela vai muito além disso. Ela se constitui como uma ação complexa de aprendizagem, já que requer comprometimento. Não se trata simplesmente do aprendizado da leitura e escrita, mas exige que haja uma leitura reflexiva da realidade, uma leitura de mundo.

Contudo, o que se pode observar, é que muitas escolas trabalham a alfabetização apenas como aquisição da leitura e da escrita em si ressaltando tão somente o ato de codificar e decodificar, assim como bem coloca Silva (2013, p.123):

A preocupação, algumas vezes, tem sido manifestada na prática escolar em ensinar a decodificação de letras, gerando/desencadeando uma leitura mecânica – amortizada – ignorando o papel fundamental que ela proporciona ao desenvolvimento intelectual/cognitivo, cultural e emocional da criança.

Pode-se perceber relação entre a colocação de Silva (2013) e a análise dos modelos de Educação que são usados nas escolas, principalmente quando se trata do ensino e aprendizagem no processo de alfabetização. Nota-se que o ensino da leitura e da escrita está pautado apenas em ensinar o aluno a ler e a escrever, deixando de lado a preocupação de preparar o aluno para viver em sociedade e ser um cidadão crítico, autônomo e reflexivo.

Magda Soares (2020), em sua obra *Alfabetização e Letramento*, fala dessas sentenças – alfabetizar e letrar – como sendo um conjunto de habilidades e não apenas uma única habilidade, e isso torna esse processo como um fenômeno de natureza complexa e multifacetado. Dessa forma requer um grande comprometimento, se tratando de um fazer importante, que por vezes é considerado desafiador, mas não impossível.

O processo de alfabetização de um aluno surdo necessita primeiramente partir da aquisição da Língua Brasileira de Sinais, que para os sujeitos com deficiência auditiva, é considerada sua primeira língua ou L1. Partindo disso, só então seria possível ensinar a língua portuguesa, que é considerada oficialmente sua segunda língua ou L2.

Neste sentido, é preciso se colocar no lugar de reflexão e tecer uma análise de todo o processo de alfabetização desenvolvido dentro da escola, seus prós e contras e nesse panorama, buscar novos meios e formas de aperfeiçoar o ensino, tornando mais inclusivo e eficaz para o desenvolvimento de todos os sujeitos da escola.

Partindo dessa ideia, Quadros e Schmiedt (2006, p. 26) apontam que “os alunos(as) precisam tornar-se leitores na língua de sinais para se tornarem leitores na língua portuguesa”. Ou seja, quando o leitor, sendo surdo passa a ter interações e relações comunicativas gestuais de fato, ele passa a ter responsabilidades de transmitir esse conhecimento para a escrita. As crianças precisam internalizar todo o processo de interação entre quem ler e quem escreve e assim atribuir verdadeiros significados.

Nessa perspectiva, comenta-se a teoria freiriana, abordada na relação dialógica, em que o diálogo entre o professor e o aluno é de grande importância para o processo de alfabetização. Entende-se assim, que as relações e interações sociais são fatores determinantes no desenvolvimento do sujeito enquanto seres críticos e reflexivos.

Analisando essa assertiva, introduz-se a reflexão de Duboc (2004), ao enfatizar a escolarização de sujeitos com surdez, e de como eles, por muitos anos, estiveram fora do convívio social ou em alguns casos, com convivência limitada a ações de assistencialismo ou de filantropia; Essas pessoas surdas, na maioria das vezes, eram diagnosticadas a partir de uma ótica clínica que considerava a surdez apenas do ponto de vista da deficiência, o que torna todo o processo de escolarização mais difícil de ocorrer.

Contudo, é necessário pontuar que não se pode ensinar uma língua como a portuguesa aos alunos surdos, da mesma forma que é ensinado aos alunos ouvintes, pois aqueles não dispõem do bom funcionamento do aparelho necessário à audição, que também é importante para a aquisição da aprendizagem. Esse fator precisa ser levado em consideração, pois é através da audição que o aluno ouvinte aprende e se desenvolve. Já o aluno surdo precisa primeiro aprender e desenvolver conhecimentos básicos da língua de sinais para depois começar o processo de aquisição da língua portuguesa e o processo de alfabetização.

Ademais, para que o processo de aprendizagem flua de maneira eficaz, é preciso que o professor em sala, compreenda um pouco sobre língua de sinais. Nesse sentido, entende-se que é necessário a realização de novas pesquisas abordando este tema, para que assim, sejam estudadas novas metodologias que facilitem e ajudem no processo de ensino desses sujeitos.

É instigante pensar em como a criança surda é alfabetizada, sendo que ela não tem acesso a nenhum tipo de som que a auxilie, o que torna todo o processo mais complexo ainda. Sabe-se que alfabetizar uma criança não é tarefa fácil com já mencionado anteriormente, mas alfabetizar uma criança com surdez é ainda mais

desafiador, A partir dessa afirmação, compreende-se que o professor regente em sala de aula não estará efetivamente preparado para trabalhar com o desafio de ensinar e alfabetizar os alunos surdos.

Diante de tantos desafios encontrados nesse caminho rumo a alfabetização da criança surda, percebe-se o quanto se faz pertinente a inserção dessa criança, junto à cultura surda e às práticas sociais de interações oriundas da linguagem de sinais, a fim de que ela se reconheça e comece a adquirir conhecimentos sobre sua língua desde pequena. Ademais, é necessário, para que este processo se efetive de forma significativa, a presença de um professor que tenha conhecimentos sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, ou de pelo menos um intérprete, para que ela seja atendida por um profissional especializado e próprio para o aprendizado dessa Língua.

São tantas as inquietações que surgem quando o assunto é inclusão e educação, pois se sabe que há muitas dificuldades além de demasiados anseios. Lutar por uma escola justa e igualitária tornou-se uma bandeira levantada por muitas pessoas e principalmente por educadores, para promover a inclusão e educação digna e de qualidade para todos.

A educação, no final do século XIX, com a proclamação da república, começou a ganhar destaque, superando a ideia de que somente os que detinham grande poder tinham direito ao acesso à educação. A partir de então, a escola passou a ser considerada como um ambiente necessário para a formação do cidadão. Outro ponto marcante na história da educação no Brasil, foi a Independência do país, que desde então, provocou várias reformas e construções no campo da educação (SOUZA; MIRANDA; SOUZA, 2018). Ao se pensar em uma abordagem histórica da Alfabetização, ligeiramente urge à mente, a famosa cartilha que era utilizada como método de soletração para o ensino da leitura e da escrita.

Ao se tratar dos métodos de alfabetização com fito ao processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita, Magda Soares (2016, p.20), em seu livro “*A questão dos métodos*” comenta acerca dos métodos de alfabetização, analíticos e sintéticos:

É que a crítica veemente a que o construtivismo submeteu os métodos analíticos e sintéticos resultou na suposição de que métodos de alfabetização, a que se passou a atribuir uma conotação negativa, afetariam negativamente o processo de aprendizagem inicial da língua escrita. Ou seja: como, no paradigma anterior, a aprendizagem da leitura e da escrita era considerada um problema essencialmente metodológico, os métodos que esse paradigma gerou – métodos

analíticos e sintéticos – contaminaram o conceito de método de alfabetização, de modo que a rejeição a eles se tornou uma rejeição a método em alfabetização, de forma genérica.

Para a mesma autora, os métodos são considerados como um caminho a ser trilhado para se chegar a um bem maior, em que esse bem a ser alcançado, seria a criança alfabetizada e o caminho seria o ensino e a aprendizagem, ou seja, por intermédio dos métodos, a autora acredita que é possível promover de fato um processo de alfabetização. (SOARES, 2016).

Segundo a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, serão aprofundadas “as experiências com a língua oral e escrita já iniciada na família e na Educação Infantil” (BRASIL, 2017, p. 89). A família tem papel fundamental nessa etapa da vida escolar da criança, visto que a Educação se inicia em casa, nas relações familiares e em seu convívio social.

Além disso, todo apoio à criança será bem-vindo, uma vez que na infância se configuram os anos iniciais da vida escolar, acrescentando novidades ao cérebro, o que torna o processo complexo. Às crianças surdas, por ser suas primeiras experiências com outras pessoas além da família, é requerido que haja uma atenção especializada.

Com essas dificuldades apontadas é importante que tanto os pais quanto os professores participem ativamente do processo inicial de introdução escolar, evitando que haja desistências. Persistir é o passo certo a seguir para alcançar um resultado eficaz na caminhada rumo a alfabetização e desenvolvimento dos alunos-

Sabe-se que a Alfabetização é o alicerce na vida escolar de toda criança, dado que é nesse processo que ela se apropria do sistema de leitura e escrita. A alfabetização, como pontuado, é trabalhada com a criança nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Segundo Soares (2004, p. 47) “o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais de leitura e escrita, de modo que o indivíduo se tornasse ao mesmo tempo alfabetizado e letrado”.

É importante reconhecer que são essas habilidades de leitura e escrita, que conduzirão o processo de desenvolvimento da criança, tanto educacional quanto social. Por meio do diálogo, da socialização e de suas vivências no meio, o indivíduo aprende.

## 2.1 O processo de alfabetização de alunos surdos

O processo de alfabetização em si, naturalmente já é considerado um ato complexo e que exige bastante comprometimento por parte dos envolvidos. Em se tratando de alfabetizar alunos com deficiência auditiva, ele se torna uma tarefa mais conflitante e complexo. No entanto, possível. Hoje, com a ajuda das tecnologias e seus avanços significativos, pode-se haver a promoção, de forma bem mais acessível, do processo de alfabetização com essas crianças surdas.

Com a utilização da LIBRAS, tornou-se mais prático e fácil o ensino do letramento, o que permitiu que fosse mais eficaz, o aprendizado dos alunos surdos, pois prioriza a LIBRAS em todas as situações, sendo o português escrito, ensinado como segunda língua. O uso da linguagem de sinais pode ser considerado como uma ação natural, que surge de maneira espontânea nas relações sociais.

O ensino de LIBRAS é considerado como a principal porta de acesso do aluno surdo na sociedade. É ele quem irá fazer com que esse aluno comesse a participar mais ativamente do/no mundo. Segundo Dias e Mac Cleary (2006, p. 08):

A superação dessas desigualdades que os portadores de necessidades auditivas enfrentam só poderá ser atingida se a escola se reorganizar, visando promover o intercâmbio entre as duas culturas: surda e ouvinte.

Somente após a superação dessas desigualdades, será possível promover de forma eficaz, a alfabetização e educação de modo geral de todas essas crianças que necessitam de atenção especial. Como afirma Dias e Mac Cleary (2006), a interação entre a cultura surda e a cultura ouvinte são uma boa alternativa para garantia de um bom desenvolvimento, partindo da própria vivência de realidade.

A alfabetização precisa ser estimulada desde cedo, tanto nas crianças que não apresentam nenhuma necessidade especial como também e, sobretudo, nas crianças que possuem deficiência auditiva. Para que este processo inicie desde cedo, a escola necessita atuação conjunta dos pais, sendo esses sujeitos bastante importantes no papel de estimular e desenvolver as primeiras ações da criança.

O processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças surdas mudará quando os pais estiverem de fato envolvidos na ação educativa. Podemos ratificar essa assertiva na análise de Quadros apud Pereira, 2009, p. 8) ao destacar:

Quando a criança surda tiver a chance de, no início do seu desenvolvimento, contar com pais dispostos a aprender a língua de sinais, com adultos surdos, com colegas surdos, quando ela narrar em

sinais e tiver escuta em sinais, a dimensão do seu processo educacional será outra.

No momento em que os pais e familiares estiverem realmente envolvidos e preocupados com o desenvolvimento e aprendizagem de seus filhos, eles serão levados a buscar orientações que os ajudem a compreender e aprender a língua de sinais, para que eles possam ensinar aos seus filhos e desenvolver suas potencialidades e inclusão. Com isso, percebe-se o quão grande é importante a participação dos pais durante todo o processo.

Há um profissional, entretanto, que faz todo diferencial na vida escolar de uma criança: o professor. Nesse processo de escolarização dos alunos com necessidades auditivas, o docente assumirá um papel devidamente responsável, dadas as suas atribuições e especializações, para que assim possa realizar esse processo de inclusão do aluno surdo juntamente com os alunos ouvintes dentro da sala de aula.

A alfabetização dos alunos surdos pode acontecer, como exemplo, por meio da memorização, em que o professor mostra a representação de uma imagem, e em seguida o docente mostra a sinalização referente a imagem que foi mostrada anteriormente, para que as crianças possam ir fazendo relações entre os signos e os significados, de forma que elas os compreendam.

O processo de ensino e aprendizagem das crianças com surdez está ligado a percepção visual, pois elas aprendem através e por meio da visão. Isso atesta a importância da língua de sinais e a necessidade dos gestos e representações. Comenta-se que eles sejam de forma clara e direta para que as crianças possam entender e aprender de forma significativa o que está sendo repassado.

Quadros (2005, p. 33) reafirma a importância de as crianças já possuírem um contato inicial com sua própria língua, LIBRAS, para que a aquisição da língua portuguesa possa acontecer de maneira mais significativa:

O fato de passar a ter contato com a língua portuguesa trazendo conceitos adquiridos na sua própria língua, possibilitará um processo muito mais significativo. A leitura e a escrita podem passar a ter outro significado social se as crianças surdas se apropriarem da leitura e da escrita de sinais, isso potencializará a aquisição da leitura e da escrita do português.

A Língua Brasileira de Sinais, sendo ela a L1 dos sujeitos surdos, se faz de grande importância no processo de aquisição do Português, o qual se torna um elemento fundamental na ação alfabetizadora, fazendo com que esses sujeitos se

sintam e estejam de fato incluídos e preparados para o convívio em sociedade. Em outras palavras, primeiro é necessário que a criança aprenda a compreender sua própria língua para a partir daí começar o processo de alfabetização e aquisição do Português. O processo de alfabetização será delineado de acordo com a descoberta e apropriação da sua própria língua.

### 3 ALFABETIZAÇÃO E ASPECTOS EDUCACIONAIS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO

Segundo Mantoan (2003), “na escola inclusiva o aluno é sujeito e foco principal de toda ação pedagógica dirigida pelo professor, que o auxilia educacionalmente em todas as suas necessidades.” Para encontrar uma maneira que de fato chegasse perto de incluir e alfabetizar o aluno surdo, buscou-se várias maneiras, como afirma Mantoan. A autora comenta que para incluir os alunos com deficiência dentro da unidade escolar, é necessário vê-los como principal sujeito deste processo para que assim pesquise e busque práticas que promovam a sua inclusão.

Por muito tempo, o processo educativo da pessoa com deficiência auditiva, especificamente no que diz respeito a alfabetização e letramento, foi fundamentada em três concepções. A primeira delas foi o Oralismo, que tinha como intuito ensinar a pessoa com surdez a língua na modalidade oral, ou seja, o que interessava a esse método era simplesmente ensinar o surdo a falar. Para os defensores do Oralismo, a fala é um dos elementos indispensável para o desenvolvimento e comunicação da criança com surdez. Nessa perspectiva, o Oralismo não obteve muito sucesso. Os resultados alcançados não foram satisfatórios, pois a grande parte dos surdos não conseguiram falar. Sá (1999, p. 69) faz algumas colocações acerca da abordagem Oralista

A abordagem educacional oralista é aquela que visa a capacitar a pessoa surda de utilizar a língua da comunidade ouvinte na modalidade oral como única possibilidade linguística, de modo que seja possível o uso da voz e da leitura labial tanto nas relações sociais como em todo processo educacional. A língua na modalidade oral é, portanto, meio e fim dos processos educativo e de integração social.

A segunda concepção colocada em prática, foi o método da Comunicação Total. Esse método é definido como a “prática de usar sinais, leitura orofacial, amplificação e alfabeto digital para fornecer *inputs* linguísticos para estudantes surdos, ao passo que eles podem expressar-se nas modalidades preferidas” (STEWART 1993, p. 118).

Procurava-se a partir dele, potencializar as interações sociais do indivíduo. No entanto, não foi muito positivo, pois assim como o Oralismo, o método não obteve sucesso, pois não valorizava a língua de sinais, impossibilitando de a pessoa com surdez aprender por meio de gestos e do contato visual.



Após o não êxito das duas concepções anteriores, surgiu e foi colocado em prática o Bilinguismo, que por sua vez, visa capacitar a pessoas com surdez levando em consideração a língua de sinais, que de acordo com Lacerda (1998) é considerada a mais adaptada à pessoa com surdez por contar com a integridade do canal viso gestual, possibilitando fluir a interação.

Quanto mais cedo a criança surda tiver contato com essa língua, melhor será para que ela se familiarize, aprendendo a sinalizar tão efetivamente quanto as crianças ouvintes. Essas crianças surdas aprendem a falar internalizando também a língua da comunidade ouvinte, o Português escrito, como propõe o bilinguismo. Segundo Goldfeld (1997, p. 40):

A questão principal do Bilinguismo é a Surdez e não a surdez, ou seja, os estudos se preocupam em entender o Surdo, suas particularidades, sua língua (a língua de sinais), sua cultura e a forma singular de pensar, agir, etc.; e não apenas os aspectos biológicos ligados à surdez.

Ao se pensar em uma escola que assuma e utilize a abordagem bilingue, é necessário construir uma prática pedagógica voltada para o desenvolvimento das potencialidades e capacidades dos alunos levando em conta suas especificidades e subjetividades. Considerando cada aluno como indivíduos da ação educativa como únicos e que possuem suas particularidades, é possível trabalhar o desenvolvimento das habilidades partindo daquilo que cada um já sabe e melhor desenvolve.

Em uma perspectiva de inclusão, trabalhar com o instrumento do bilinguismo é deixar que as crianças tenham liberdade para escolherem qual língua utilizarem, podendo se expressar por meio de uma ou de outra, para que por meio de uma das duas línguas, seja ela a língua de sinais ou a língua portuguesa escrita, eles possam se comunicar e interagir, exercitando suas habilidades e pensamento cognitivo.

O processo de alfabetização do aluno com deficiência auditiva, exige desempenho tanto dos professores da sala de aula do ensino regular, como também necessita de um atendimento especializado, que auxilie no processo de aprendizagem da língua de sinais.

Nesse momento entra em cena, o AEE (Atendimento Educacional Especializado), que trabalha juntamente com o professor do ensino regular para o alinhamento de seus objetivos e práticas que serão desenvolvidos com os alunos. No final, espera-se que o resultado desse processo seja positivo tanto para o professor, para o AEE, quanto para o aluno surdo.

Para alfabetizar as crianças com surdez, torna-se indispensável o uso da Língua Brasileira de Sinais. É por meio dos gestos e ações que essas crianças irão compreender a língua escrita. A LIBRAS hoje, é reconhecida e considerada como forma de comunicação e expressão das pessoas surdas, dispondo de uma estrutura gramatical própria que atende a todas as necessidades das pessoas surdas, assim como o Português, que é reconhecido como L2.

Nessa perspectiva, a Política Nacional de Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) orienta que a Língua Portuguesa, na sua modalidade escrita, seja ensinada aos alunos surdos a partir do trabalho do professor com o apoio e a complementação dos serviços do Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2008). Dessa forma seria mais exitosa a alfabetização, partindo da ideia de que eles já internalizem o português escrito.

A alfabetização e letramento, como coloca Soares (1998) não consiste apenas em aprender e desenvolver as habilidades de leitura e escrita. É necessário enfatizar assim que, alfabetização e letramento são dois processos distintos, que andam de mãos dadas. Eles são indissociáveis e estão para além de simplesmente codificar e decodificar o sistema de escrita.

A alfabetização segundo Soares (2003, p.97) é entendida como “a aquisição do sistema convencional de escrita, pois é considerado alfabetizado aquele que aprendeu o sistema convencional sendo capaz de ler e escrever”. O processo de alfabetizar uma criança é complexo quando se trata de uma que possui necessidades educativas especiais, especificamente a surdez.

Torna-se uma missão, para aqueles que de fato são educadores, não só na palavra, mas na ação da sua prática pedagógica. Essa tarefa necessita e exige que o professor exerça sua profissão agindo incansavelmente em busca de melhores métodos e melhores técnicas para se trabalhar com esses alunos, de maneira que a aprendizagem seja de fato significativa na vida de cada um deles.

A ação alfabetizadora é muito objetiva, uma vez que esta decorre das especificidades e subjetividades dos alunos, ou seja, os métodos utilizados nesse processo são diversos, variando de acordo com as necessidades de cada aluno, partindo do princípio de que esses são sujeitos diferentes que possuem necessidades diferentes e particulares. Nem sempre a necessidade de um aluno surdo é a mesma de outro aluno que também é surdo.

Durante o processo de alfabetização do aluno que possui necessidades auditivas, é importante que o professor tenha conhecimento do percurso semiótico, que se trata do estudo dos signos ou significações, que é de grande relevância. A Língua Brasileira de Sinais também enfatiza o uso de signos e seus significados. Silva (1999, p.24) [...] revela a importância dada à linguagem e à semiótica na constituição da subjetividade e afirma que sem signo não há consciência.

Para Peirce, o “signo” é um primeiro (algo que se apresenta à mente), ligando um segundo, chamado de seu “objeto” (aquilo que o signo representa), a um terceiro, chamado de seu “interpretante” (o efeito que o signo irá provocar em um possível intérprete). Assim, nota-se que o autor percebe signos por meio de uma ligação de três relações, entre objeto, signo e interprete em uma relação infinita, em que ambos andam lado a lado continuamente.

Dando subsídios e completando as ideias de Peirce (1975), Santaella (1985, p. 78), coloca que “o signo é uma coisa que representa uma outra coisa” para alguém, ou seja, cria na mente desse alguém um outro signo, que é interpretante do primeiro, que o signo é uma representação de algo ou alguém que possui significado.

#### 4 REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS

Tratando-se da luta por uma Educação Especial Inclusiva, verifica-se que ela tem se tornado constante por parte de pesquisadores, educadores e até mesmo dos estudantes, para que ela aconteça de fato em nossa realidade. A Educação Inclusiva é garantida por lei. Uma das mais importante delas é a Declaração de Salamanca que reafirma um compromisso em prol de uma Educação para todos, reconhecendo a necessidade e a urgência em garantir a educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no quadro do sistema regular de educação. (BRASIL, 1994). Segundo o Artigo 58 da Lei de Diretrizes e Base da Educação, LDB/96:

Entende-se por Educação Especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidades especiais. (BRASIL, 1996, p.35).

A educação torna-se de fato inclusiva quando começa a mudar os padrões sociais, culturais, organizacionais e educacionais da escola, rompendo todo o antigo regime educacional. Incluir não basta somente colocar uma criança dentro do espaço escolar, é preciso que a escola esteja realmente de braços abertos para receber esses alunos(as), estejam preparados para acolhê-los, tanto fisicamente no ambiente escolar como em termos de práticas pedagógicas e políticas educacionais.

Os profissionais necessitam estar preparados para receber e atender ao aluno(a) surdo. Não tem como uma criança surda estar no mesmo ambiente escolar que só tem ouvintes e alfabetizá-las sem que haja um indivíduo que entenda e utilize a Língua de Sinais para lhes auxiliar.

A trajetória percorrida para se chegar a uma Educação Inclusiva, é carregada de frustrações. Mesmo diante de leis que asseguram o direito a ela, percebemos até os dias atuais, que ainda há falhas. Aos poucos, a Educação Inclusiva veio explorando novos cenários, e com isso, percebe-se uma significativa evolução na sua trajetória.

Com relações aos movimentos de Segregação e Inclusão já apontados anteriormente, cabe ressaltar que foram pontos importantes no que tange a essa trajetória da Educação Inclusiva. Acerca disso, Batista (2006, p.37) acresce que:

No primeiro, durante o Brasil Império, as pessoas com deficiências mais acentuadas, impedidas de realizar trabalhos braçais (agricultura ou serviços de casa) eram segregadas em instituições públicas. As demais conviviam com suas famílias e não se destacavam muito, uma vez que a sociedade, por ser rural, não exigia um grau muito elevado de

desenvolvimento cognitivo. No segundo momento, ao mesmo tempo em que surgia a necessidade de escolarização entre a população, a sociedade passa a conceber o deficiente como um indivíduo que, devido suas limitações, não podia conviver nos mesmos espaços sociais que os normais - deveria, portanto, estudar em locais separados e, só seriam aceitos na sociedade aqueles que conseguissem agir o mais próximo da normalidade possível, sendo capazes de exercer as mesmas funções. Marca este momento o desenvolvimento da psicologia voltada para a educação, o surgimento das instituições privadas e das classes especiais.

De acordo com Capovilla & Raphael (2008), os sujeitos com deficiência auditiva eram considerados incapazes, pois na antiguidade ainda predominava a visão de que a língua falada era a única forma de linguagem possível. Para Barros (2011) a história da Educação de Surdos é marcada por diversas tentativas e métodos de comunicação. Durante essa trajetória, houve a busca do melhor método para efetivar a aprendizagem da língua oral e escrita dos alunos surdos. A busca era feita entre os métodos já mencionados anteriormente, O oralismo, a comunicação total e o bilinguismo.

Segundo Soares (2010) somente a partir de 1960 e início de 70 que apareceu uma nova concepção de educar os surdos em substituição ao oralismo puro, a chamada comunicação total. Nesse momento, o método do oralismo havia perdido sua grandeza passando a ser considerado com um método tradicional de ensino. Esse novo método passa a ser visto como sinônimo de luta em busca de avanços e melhorias, até chegar ao bilinguismo, que obteve maior êxito e resultados positivos no processo de alfabetização dos sujeitos surdos

#### **4.1 Políticas públicas de Inclusão Educacional**

A luta por uma Educação Inclusiva, que acolha a todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais, já se faz pertinente há muitos anos. A inclusão é amparada legalmente, visto que há várias leis que asseguram esse direito. A mais recente delas é a Lei nº13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência-LBI, Art.1º destinada a “Assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à inclusão social e cidadania”. (BRASIL, 2015, p. 1).

Pensar em educação como um viés de inserção social entre os alunos público requer bastante comprometimento e pesquisas para que se possa oferecer a eles, sobretudo aqueles com surdez, novas perspectivas de vida, tanto profissional como social. Contudo, percebe-se que essa proposta ainda é considerada desafiadora.

Ao tecer análise das atuais situações da educação percebe-se que não há docentes preparados para atuar; profissionais que apliquem as políticas públicas de inclusão. São vários os fatores que necessitam ser avaliados e estruturados para que de fato haja uma educação inclusiva e priorize diferentes culturas, para que haja uma sociedade justa e igualitária como prega a Constituição Federal de 1988.

A inclusão desses alunos que possuem deficiência auditiva precisa ser vista como uma oportunidade de superação. A Política Nacional de Educação Inclusiva (BRASIL 1994, p.1) diz que:

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os estudantes tenham suas especificidades atendidas.

É necessário começar a se pensar na educação inclusiva com algo possível de ser alcançado e superado. Pouco a pouco, a ideia discriminatória que as pessoas carregam durante muito tempo será extinta, mas para que isso aconteça, necessita-se da colaboração e do compromisso de todos.

É importante ressaltar que a proposta curricular educacional deve estar apoiada em práticas que ajudem no desenvolvimento da identidade dos alunos surdos na interação com meio em que vivem e convivem diariamente que, segundo a Lei 5626/05, se dão a partir de manifestações visuais.

Essa proposta curricular também está voltada para a prática do respeito individual e da preservação da subjetividade desses alunos, tornando o plano pedagógico atuante e significativo, já que esse influencia diretamente no processo de evolução dos mesmos e em sua prática social oferecendo-lhes melhor autonomia (SILVA, 2015).

Existem vários documentos e leis, tanto nacional como universal que asseguram e visam alcançar uma Educação Inclusiva, uma educação que seja para todos e que

não priorizem o ensino somente para uns e outros não. Além da LBI (2015) e a Declaração de Salamanca (1994), que são importantes documentos e leis que atuam neste sentido de garantir o direito a uma educação de qualidade e inclusão escolar para todos os sujeitos.

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, traz como eixo, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado (BRASIL,2007). Com isso, percebe-se que são vários os fatores que influenciam na aprendizagem e no desenvolvimento da criança, desde a estrutura escolar aos recursos e principalmente a prática pedagógica do professor. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, (BRASIL, 2015, p. 1) em seu artigo 2º:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Há também, documentos legais que estabelecem as diretrizes curriculares para a formação do professor, pois ela também influencia na aprendizagem e desenvolvimento do aluno. Quanto mais preparado o professor estiver, melhor será o trabalho desenvolvido por ele em sala de aula.

Para essa garantia, a Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE/CP nº1/2002 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, definindo que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contempla conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2002, *apud* UZÊDA, 2019).

Em 2002, a Lei nº 10.436, de 24 de abril, Artigo 1º instituiu a LIBRAS como língua oficial, passando a ser considerada como meio legal de comunicação e expressão, assim como os demais recursos de expressão a ela associados, (BRASIL, 2002, p,1). No parágrafo único da lei acima citada, diz que:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais-Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, como estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Para garantir o direito e dever de um professor especializado, instrutor e tradutor de Libras, há o Decreto de nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/02, visando à inclusão dos alunos surdos e dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular; a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras; o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos(as) surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular (BRASIL,2005 *apud* UZÊDA, 2019).



## **5 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROFESSOR ALFABETIZADOR NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ALUNO SURDO**

O processo de escolarização do aluno surdo requer a utilização de práticas pedagógicas que priorizem suas subjetividades e especificidades, assim como exige um olhar sensível do professor. Para sua concretude, vale mencionar que os professores tenham em seus currículos, experiências ou cursos de Libras. Dessa forma acredita-se ser possível alfabetizar uma criança com surdez.

O processo de alfabetização do aluno surdo ocorre de maneira diferente do aluno ouvinte, como pontuado nesse estudo. A criança com deficiência auditiva primeiro aprende a Língua Brasileira de Sinais para somente após, ela possa começar o seu processo de alfabetização e aquisição da Língua Portuguesa.

Neste sentido surge então a necessidade da utilização de práticas pedagógicas que sejam de fato relevante no processo de desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita dos alunos que possuem necessidades educativas auditivas. Há a necessidade e comprometimento do professor para com o desenvolvimento de seu aluno, pois o professor que se preocupa com o avanço do aluno vai além, ou seja, ele se coloca à disposição para buscar e criar novos métodos e práticas de ensino, visando a aprendizagem de seu aluno.

Como todo ato educativo, o processo de alfabetização dos alunos surdos também possui dificuldades, sendo elas muitas vezes encontradas dentro do núcleo familiar, oriunda da não aceitação por parte de alguns membros e do não reconhecimento da cultura e identidade surda. O que se torna imprescindível, é o acesso a uma educação de qualidade e inclusiva, presente na realidade dessas pessoas. Para isso, faz-se necessário o compromisso e respeito dos profissionais da educação em seus fazeres-docente.

Reconhecer que esses alunos necessitam de uma educação e principalmente, que tenham um processo de alfabetização comprometido com o seu aprendizado, é de fundamental importância, pois como é sabido, a alfabetização da criança precisa ser uma base sólida que irá sustentar toda a vida escolar e todos os demais processos de desenvolvimento do aluno.

Por meio da alfabetização, a criança começa a interagir e viver socialmente em sociedade, ou seja, quando a criança se apropria da leitura e da escrita, dos códigos

fonológicos, fazendo uso destas habilidades de forma desenvolvida e consegue agir nos mais diversos contextos e lugares (GRANDO; SILVA, 2017).

A prática de uma formação continuada para os professores da sala de aula do ensino regular também é de grande acréscimo ao desenvolvimento e cumprimento de suas ações pedagógicas. É importante que o professor e a escola se apropriem dos aspectos que envolvem a cultura surda, sobretudo linguísticos, porque permitirá maior aproximação e interação com o aluno surdo, reconhecendo suas necessidades. Isso desenvolve um trabalho mais fidedigno e significativo (GRANDO; SILVA, 2017).

Contudo, é necessário que haja mais comprometimento não apenas dos professores em adquirir as línguas, tanto L1 como L2, mas também das escolas que deve trabalhar juntamente com seus sujeitos, em prol da promoção de uma escola inclusiva que se preocupa com a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

A utilização de recursos didáticos adaptados para se trabalhar a alfabetização com os alunos surdos é relevante. Deve-se levar em consideração o fato de que a criança surda aprende por meio da visão, o que significa que o recurso permite despertar o interesse da criança. Diante disso, percebe-se que um bom recurso tende a ser bastante somativo na aprendizagem da criança, desde que ele atenda às necessidades desses indivíduos.

Nesse sentido, entende-se que o ato alfabetizador possibilita aos alunos, autonomia e efetivação da aprendizagem, visto que é nessa fase que ele descobrirá e dará novos sentidos e significados ao mundo que lhe rodeia. O professor necessita constantemente pensar e repensar na criação de metodologias para se trabalhar com esses alunos. Para muitos, ter um educando surdo ou com qualquer outra deficiência ou necessidade especial é algo “espantoso” que pode amedrontar a prática pedagógica, no sentido de não saber como desenvolvê-las.

Para Quadros (1997, p. 41, *apud* CONCEIÇÃO, 2011, p.21) a educação bilíngue precisa exercer um compromisso e competência de se adequar frente as necessidades dos alunos surdos, bem como, em relação às suas subjetividades. Para a autora, existem algumas estratégias que são fundamentais no processo de escolarização e execução de uma educação bilíngue, como:

- a) a contratação de profissionais surdos no quadro funcional da escola;
- b) programas de ensino de língua de sinais para os alunos, pais e profissionais integrantes da escola;
- c) reuniões sistemáticas com a presença de pessoas surdas para discutir concepções individuais e sociais de deficiência, de surdez, de língua de sinais, de comunidade surda;
- d) cursos na área da linguística, especialmente para os

professores de línguas; e) cursos para a formação dos professores na área pedagógica; f) programas diferenciados para alunos que já frequentam a escola há muitos anos e para alunos novos que chegam à escola no período de implementação da proposta e g) programas especiais para o atendimento de pais e aluno.

Quando os profissionais da educação se colocam a refletir acerca das articulações e decisões que precisam ser tomadas para se chegar a um ensino digno e de qualidade às crianças surdas, nota-se que há a necessidade de comprometimento por parte de todos os sujeitos em torno da criança, principalmente o corpo docente da escola e a família. Existem dificuldades a serem superadas dentro do âmbito educacional, mas as propostas educacionais estão aí a serviço daqueles que põem em prática, o compromisso para com essas crianças.

Ao pensar em estratégias pedagógicas a serem trabalhadas com os alunos surdos, é preciso ocorrer um trabalho em equipe, mediado entre professores, a gestão escolar, o interprete de LIBRAS e o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Em conjunto, esses atores educacionais poderão desenvolver práticas de ensino acessíveis a todos os alunos.

O AEE é obrigatório nas escolas, funcionando em um espaço próprio dentro do âmbito escolar. Esse órgão recebe materiais tecnológicos e pedagógicos do MEC com a finalidade de apoiar os alunos que necessitam de um atendimento especial. Ademais, é de suas competências desenvolver estratégias em parceria com os professores da para que os alunos possam adquirir o conhecimento, levando-se em consideração suas dificuldades e potencialidades. O atendimento no AEE acontece no horário oposto ao ensino regular do aluno, no contra turno de suas aulas. (MARQUES, 2019, p. 2114).

### **5.1 Habilidades de leitura e escrita: níveis de aprendizagem do aluno surdo**

O processo de aquisição de leitura e escrita dos alunos que possuem necessidades educacionais auditivas necessitam de bastante comprometimento, pois sabe-se que a fase da alfabetização é um momento bastante delicado e complexo. Para iniciá-lo, o aluno surdo necessita primeiro ter conhecimentos básicos da língua brasileira de sinais.

Para que este processo de fato se efetive de maneira correta, é necessário que o aluno percorra por 4 níveis de aprendizagem da língua escrita. Com isso, será

possível verificar o nível de alfabetização que eles se encontram. Quanto aos níveis, podem ser: nível pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético. Esses níveis são considerados níveis da escrita. Por meio deles, é possível identificar se a criança está se desenvolvendo de maneira eficaz.

Antes de adentrar ao espaço escolar, a criança sendo ela surda ou não, já tem iniciado o seu processo de aprendizagem da língua escrita alfabética e ortográfica. Ferreiro (2000), afirma que a princípio, a escrita é considerada apenas como uma representação e que depois passa a ser codificada para a língua materna. Ao passo que a criança vai se apropriando dos códigos e signos ela vai construindo noções e fazendo relações entre os signos e as significações.

Tratando-se especificamente dos níveis da escrita, buscar-se-á compreender cada um deles. O primeiro, nível pré-silábico, compreende a fase em que a criança compreende a escrita como uma representação do que é falado, mas não conseguem fazer relação do que é falado com as letras do alfabeto, reproduzindo apenas desenhos, rabiscos e garatujas.

Se o professor pedir para que a criança escreva o nome “lua”, ela desenharia uma lua no lugar de fazer a representação ortográfica da palavra lua. Quando a criança apresenta essas características percebe-se que ela se encontra no primeiro nível de alfabetização, ou seja, ela ainda não possui consciência fonológica nem consegue fazer relações entre fonemas e grafemas.

O segundo nível é o silábico. Nessa fase, a criança já consegue compreender que a escrita não é representada por meio de desenhos e já começa a fazer tracejados que para ela, representam as letras do alfabeto. Entretanto, ela acha que cada letra representa uma sílaba oral. Nesse nível a criança já consegue fazer ligações dos símbolos com a língua oral, com os sons, ou seja, do que é falado com as letras do alfabeto. Gradativamente, a criança vai construindo e concluindo este percurso de aquisição e aprendizagem da língua escrita,

Na fase silábico-alfabético, as crianças passam a entender que as sílabas são representadas por mais de uma letra; e na última fase deste percurso que é denominada de nível alfabético, chega-se o momento em que a criança já consegue fazer as reproduções de todos os fonemas passando a reconhecer e compreender todos os fonemas de uma palavra ou frase. Nesse sentido é de fundamental importância desenvolver na criança a consciência da utilidade da escrita,

estabelecendo a relação da palavra com as coisas, ou objetos (KUBASKI; MORAES, 2009).

Quando se pensa no processo de aquisição da língua escrita pela criança surda, há a necessidade de se pensar sobre as várias formas e métodos que podem ser utilizados para que se atinja o seu pleno desenvolvimento. Para que isso ocorra, é preciso que o professor busque entender um pouco sobre a identidade cultural dessa criança, e mais, procure entender quem é o seu aluno e o que ele pensa, para que partindo da ciência da realidade desse seu aluno, possa ir atrás de metodologias que consigam desenvolver as suas habilidades.

A interação entre professor e aluno é indispensável, uma vez que à medida que o professor toma conhecimento da realidade de seu aluno, ele começa a pensar e refletir sua própria prática de ensino, principalmente no que diz respeito aos métodos de ensino utilizado por ele para com os alunos surdos.

A comunicação é algo muito importante no processo de desenvolvimento de todos os sujeitos. É por meio dela que ocorre as relações, trocas de ideias e experiências. Já a linguagem, é um dos principais meios de comunicação, seja ela oral ou escrita. Com a união entre a comunicação e a linguagem surge o diálogo, que tem se tornado bastante elementar no processo de desenvolvimento psíquico, pois os seres humanos estão em constante contato entre si, criando relações, interações e trocas de experiências, que se desenvolvem mutuamente e de forma significativa.

Desse modo, para os alunos surdos, a aprendizagem da leitura e escrita necessita da apreensão de uma segunda língua (com modalidade distinta à sua primeira língua). Sem que haja essa compreensão pelo aluno da língua de sinais, considerada a L1 da pessoa surda, não há como haver aprendizagem da L2, que é o Português escrito. Nesse sentido, verifica-se que a aquisição de uma língua de sinais como primeira língua, facilita a aprendizagem da escrita de uma segunda língua pelo surdo. Segundo Guarinello:

Vários estudos demonstram que os surdos filhos de pais surdos estão mais bem preparados para enfrentar a etapa escolar e apresentam melhor desempenho na leitura e na escrita, já que foram expostos a uma língua comum a si e a seus pais, ou seja, a língua de sinais. No entanto, isso não significa afirmar que o fato de os surdos nascerem em famílias surdas é suficiente para que tenham melhor desempenho acadêmico e de linguagem. (GUARINELLO, 2007, p. 54)

Com isso, percebe-se que os alunos que tem contato desde cedo com a língua de sinais tendem a se desenvolver e aprender a L2 mais rapidamente, pois subtende-

se que eles já possuem experiência e conseguem se comunicar com as pessoas por meio da Língua Brasileira de Sinais. Vygotsky (2007) aponta em seus estudos que o processo de desenvolvimento da criança, ocorre por graças à interação e ao convívio social. Ao passo que a criança se comunica com os outros, ela aprende e evolui. Segundo Vygotsky (2007, p. 103):

[...] aprendizado adequadamente organizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros.

Dessa forma, é possível notar que a linguagem é um instrumento de mediação entre o eu e o outro, tornando-se a base na constituição e na formação da subjetividade humana. Nisso, percebe-se a importância do processo de socialização e interação no desenvolvimento da criança. Com a criança surda não é diferente. Quanto antes ela ser inserida e acolhida na cultura surda, mais rápido será seu processo de construção e desenvolvimento enquanto sujeito que faz parte desta comunidade.

Contudo, apenas a inserção da Língua Brasileira de Sinais no ambiente escolar não é suficiente para escolarizar o aluno surdo, embora ela mereça uma atenção especial. É pela sua apropriação que a criança consegue interagir com o meio social.

Nesse panorama, observa-se que a linguagem é vista como a principal forma de comunicação e socialização do sujeito, iniciada no início da infância em suas relações socioculturais. Ela tem um papel importante no processo de desenvolvimento do sujeito, pois permite o desenvolvimento das funções psíquicas superiores e constitui os comportamentos humanos.

Para Vygotsky (2007) a linguagem “libera a criança das impressões imediatas sobre o objeto, oferece-lhe a possibilidade de representar para si mesma algum objeto que não tenha visto e pensar nele. Com sua ajuda, a criança obtém a possibilidade de se libertar do poder das impressões imediatas, extrapolando seus limites” (VYGOTSKY, 2007, p. 122). Para tornar, assim, um ensino inclusivo, a proposta inicial, é, cultivar além da linguagem, a aprendizagem das duas línguas, LIBRAS e Português, no contexto escolar. Em relação a essa proposta de ensino inclusivo, Quadros (1997, p. 30), diz que:

A presença de surdos adultos apresenta grandes vantagens dentro de uma proposta bilíngue. Primeiro, a criança, tão logo tenha entrado na escola, é recebida por um membro que pertence à sua comunidade cultural, social e linguística; assim, ela começa a ter oportunidade de criar a sua identidade. Segundo essa criança começa a adquirir a sua língua natural. Tais vantagens são imprescindíveis para o sucesso da

proposta bilíngue... assim, tornar-se-á possível o ensino de uma segunda língua, caso contrário, a criança surda não terá chances de apresentar um domínio razoável da língua portuguesa.

Diante da colocação do autor, parte-se da ideia de que é difícil para a criança surda se reconhecer e identificar dentro da família ouvinte. Ela, então, começa a se enxergar como uma pessoa “diferente” das outras, e isso pode acarretar sua autoexclusão.

Desse modo, reflexões como essa reiteram a importância da inserção de professores e intérpretes surdos. Pautados na importância do processo de formação da criança, pensa-se na motivação que esses profissionais dariam aos alunos surdos, em que são profissionais de formação que já passaram pelo processo educacional, e acima de tudo, entendem que as crianças surdas também podem.

## 6 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa de campo, que segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 69) “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los”. Em vista disso, pretende-se com esse método, compreender e analisar como se dá a prática do professor alfabetizador objetivando atingir uma aprendizagem significativa na educação de alunos com surdez.

A pesquisa busca analisar a prática pedagógica do professor alfabetizador na perspectiva inclusiva da criança surda na cidade de Caxias-MA. Para esse fim, utilizar-se-á a pesquisa de campo de caráter descritiva, que de acordo com Silva e Menezes (2000, p. 21):

A pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento.

Ademais, será utilizada a pesquisa de caráter qualitativo na qual busca-se aprofundar e analisar as práticas de alfabetização no processo de ensino aprendizagem das crianças com necessidades especiais. De acordo com Malhotra et al., 2010, p. 113, o método qualitativo proporciona melhor visão e compreensão do problema. Portanto, o método será utilizado para entender como é trabalhado o processo de aquisição da leitura e escrita dentro da sala de aula do ensino regular, em vista de uma Educação Inclusiva.

A pesquisa foi realizada com três professores de escolas públicas da rede municipal da cidade de Caxias – Maranhão, foi feito a coleta de dados através de um questionário aberto, em que de acordo com Gil (1999), pode ser considerado com uma técnica de coleta de dados composta por um determinado número de perguntas realizadas de forma escrita para o entrevistado, permitindo que ele coloque suas opiniões, crenças, conhecimentos, experiências vivenciadas e expectativas sobre determinado assunto, a fim de possibilitar uma maior participação por parte dos professores no momento de suas respostas.



## 7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo se desenvolveu no âmbito de três escolas públicas municipais da cidade de Caxias – Maranhão, e contou com a colaboração de um profissional docente de cada instituição de ensino, sendo elas: CEI. Maria das Neves Coutinho; UEM. João Lobo e Escolinha Tia Joana.

Os professores ministram aulas no ensino regular, estes já trabalharam o processo de alfabetização com alunos surdos. Esse adendo de experiência com ensino de alunos com deficiências se faz a fim de contribuir por meio delas, para a compreensão dos fenômenos envolvidos no processo de escolarização dos alunos surdos, principalmente no que tange à fase da alfabetização que é o foco principal da pesquisa.

Os professores foram denominados A, B e C, respectivamente. Desses três, dois são do sexo feminino e um é do sexo masculino. As duas professoras apresentam a mesma faixa etária de idade, entre 45 a 60 anos, enquanto o professor do sexo masculino, apresenta 32 anos de idade. Todos eles possuem o mesmo cronograma de tempo destinado à formação profissional, na média de 13 a 20 anos. Cada um se insere em graduações diferentes. A professora A, formada no Magistério e também Licenciada em História, já a professora B, bacharel em Pedagogia. O professor C, é graduado em Licenciatura em Pedagogia.

**Tabela 1 - Descrição dos participantes da pesquisa**

<b>PROFESSORES</b>	<b>IDADE</b>	<b>TEMPO DE EXERCICIO</b>	<b>GRADUAÇÃO</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO</b>
<b>A</b>	54 anos	20 anos	Pedagogia	LIBRAS e Gestão Pedagógica
<b>B</b>	59 anos	15 anos	Magistério/ História	História do Maranhão
<b>C</b>	32 anos	13 anos	Pedagogia	Gestão Escolar

Fonte: Silva, 2021

Os três professores possuem especialização. A professora A, especialista em Línguas Brasileiras de Sinais e Gestão Pedagógica; a B, é especialista em História do Maranhão e o professor C, pós-graduado em Gestão Escolar. É possível perceber que

o conhecimento e o domínio da Língua de Sinais têm grande diferencial no processo de ensino, em especial na fase de alfabetização, visto que nesse momento, o professor irá ajudar os alunos no seu processo de integração ao mundo. Para que isso seja possível, a comunicação e a interação entre professor e aluno, é essencial e indispensável. Com relação à concepção de alfabetização entendida pelos professores, as respostas obtidas foram as seguintes:

**Tabela 2 - Concepção dos professores sobre a Alfabetização.**

<b>PROFESSORES</b>	<b>O que você entende como processo de Alfabetização?</b>
<b>A</b>	É o processo de aprendizagem da criança na qual ela desenvolve a leitura e escrita.
<b>B</b>	É um processo que envolve a habilidade de ler e escrever de maneira adequada.
<b>C</b>	Aquisição das habilidades de leitura e interpretação, um processo de construção de competências.

Fonte: Silva, 2021

Observa-se a partir da tabela, a concepção dos professores sobre o processo de alfabetização. As professoras A e B, compreendem essa fase como o momento de aquisição da leitura e escrita, denotando o ato de ler e escrever. Ou seja, para elas, a criança que aprendeu a ler e escrever, já é considerada uma criança alfabetizada e letrada. Todavia, não é somente esse fato que torna uma criança inteiramente alfabetizada e letrada.

O professor C compreende a alfabetização como práticas de leitura e interpretação, de modo que a criança constrói habilidades e competências. Sabe-se que alfabetizar e letrar não se trata de codificar e decodificar as palavras, mas sim, identificar no mundo, práticas sociais e desenvolver o pensamento crítico. Alfabetizar está para além da simples codificação/decodificação de símbolos e códigos do alfabeto, como bem analisa Soares (2013), ao especificar que é passar por um processo de compreensão/expressão de significados do código escrito.

A aquisição da Língua Brasileira de Sinais pela criança surda é fator crucial no seu processo de escolarização, pois é por meio dela que o sujeito surdo interage e constrói significado ao mundo a seu redor. Por intermédio da Libras (L1), ele conseguirá aprender a Língua Portuguesa escrita (L2), em momento distinto ao do processo de aquisição da Língua de Sinais (BRASIL, 2007).

**Tabela 3 - Compreensão dos professores sobre Língua Brasileira de Sinais-Libras**

<b>PROFESSORES</b>	<b>Você tem conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais? Justifique sua resposta.</b>
<b>A</b>	Sim. A Libras é uma forma de linguagem natural criado para promover a inclusão social de deficientes auditivos.
<b>B</b>	Sim, mas não domino. Na época que trabalhei com uma criança surda foi difícil, a escola não estava preparada, a família não aceitava, não sabíamos como proceder. Somente depois que uma profissional especializada veio para a escola que melhorou a situação.
<b>C</b>	Sim, a segunda língua oficial do Brasil, instrumento necessário para ampla participação e inclusão de todos no processo de ensino aprendizagem e na vida em sociedade.

Fonte: Silva, 2021

Analisando as falas dos professores, verifica-se a necessidade de efetivar um curso de formação continuada para preparar os professores a atuarem na educação inclusiva. Nisso, os professores estariam aptos a lidar com os alunos que possuem diferentes necessidades educativas. Pois com base nos ensinamentos de (GRANDO; SILVA, 2017) é importante que o professor e a escola se apropriem sobre os aspectos que envolvem a cultura surda, desta forma será possível uma maior aproximação e interação com o aluno surdo.

Um curso de LIBRAS possui relevância ao aperfeiçoamento da prática docente, visando alcançar a educação inclusiva e fazer com que os alunos se sintam incluídos no processo educativo. Acresce-se, portanto, o debate sobre de que há uma eficácia educativa, quando os profissionais estão preparados a receber alunos com necessidades especiais.

**Tabela 4- Socialização sobre a comunicação entre professor e aluno através da LIBRAS**

<b>PROFESSORES</b>	<b>Consegue se comunicar com os alunos surdos? comente sua resposta.</b>
<b>A</b>	“sim, ter conhecimento de Libras é fundamental setor pedagógico, pois as instituições educacionais tem por obrigação serem local de inclusão e integração, nem excluir nenhum aluno por conta de alguma deficiência”

<b>B</b>	“Não, na verdade já trabalhei com um aluno surdo, mas tive a ajuda de uma professora de Libras que foi muito importante naquele momento”.
<b>C</b>	“Pouco, fiz o curso de LIBRAS básico e consigo dentro do possível estabelecer uma comunicação”.

Fonte: Silva, 2021

Nas falas dos professores nota-se que o domínio sobre o conhecimento e compreensão da Língua de Sinais, seja ele básico ou intermediário, já enfoca a interação entre o professor e o aluno. Isso ajuda no desenvolver de sua ação pedagógica e promove o conhecimento e a autonomia dos alunos surdos, pois compreendemos como Vygotsky (2007) de que a língua não é somente uma forma de comunicação, mas também uma função reguladora do pensamento, o que proporciona o desenvolvimento das funções psíquicas superiores das crianças.

A interação entre professor e aluno é de uma relevância significativa no processo de desenvolvimento da criança, deste modo frisa-se a importância do professor dominar a língua de sinais, uma vez que é por meio desta que os sujeito surdo consegue se comunicar com as demais pessoas, pois como coloca Veloso (2007,p. 2), por intermédio da LIBRAS que o aluno surdo partirá para o processo de aquisição da Língua Portuguesa, ou seja, ler e escrever.

Verificamos que a LIBRAS, como toda a língua que desperta a subjetividade e a capacidade de compreensão do indivíduo. Apesar da utilização espontânea e do gosto pelo português, ela é a ponte para a compreensão do indivíduo surdo. A LIBRAS é como a luz que reflete a imagem (pensamento) do indivíduo em um espelho (mundo), ou seja, ela é quem forma a autoimagem e move a escrita do surdo, e, ao mesmo tempo, ela é quem permite que ele se identifique na superfície do espelho, se reconheça e compreenda aquilo que lê.

De acordo com a assertiva de Veloso, primeiro a criança surda alfabetiza-se na Língua de Sinais para que somente após isso, ela inicie o processo de aquisição da leitura e escrita na L2, Língua Portuguesa.

**Tabela 5- Atividades de leitura e escrita que inclua o aluno surdo**

<b>PROFESSORES</b>	<b>Em suas aulas, como promove atividades de leitura e escrita que envolvam os alunos surdos nas aulas de alfabetização?</b>
--------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>A</b>	“Sim, através de atividades que proporcionam a inserção da criança nas práticas discursivas, assim ela produzirá e lerá seus textos através de imagem. Usar imagem como apoio à leitura, ler sinais, símbolos, com o objetivo de promover a compreensão do texto”
<b>B</b>	“Como ele não gostava de ser tratado diferente, ministrava minhas aulas normalmente e ele entendia muito bem”.
<b>C</b>	“Além de atividades diferenciadas é proposta ação que busque promover a interação e participação de todos os alunos”.

Fonte: Silva, 2021

Pelas assertivas, pode-se refletir sobre os efeitos que esse trabalho vem proporcionando para os alunos, uma vez que eles demandam um pouco mais dos educadores. Sabe-se que uma criança surda não aprende da mesma forma que uma criança ouvinte e que, por isso, necessita que o professor utilize práticas que envolvam todos os alunos, surdos ou não, em prol da inclusão. Com base nas respostas dos docentes a alfabetização, é resultante da colaboração de todos os envolvidos no processo, (professores, pais e alunos(as), seus contextos culturais, métodos e matérias utilizados na pratica alfabetizadora (SOARES, 2020).

**Tabela 6- Sentimentos dos professores ao identificar um aluno surdo em sua sala**

<b>PROFESSORES</b>	<b>Como descreveria seus sentimentos ao identificar alunos surdos em sua sala de aula?</b>
<b>A</b>	“Respeito. O professor deve buscar alternativas lúdicas que utilizem o campo visual, promover interação entre o aluno surdo com os outros alunos, ou seja, um mediador nesse processo de ensino-aprendizagem”.
<b>B</b>	“Foi difícil, pois não sabia como proceder. Contudo tive ajuda que foi muito importante naquele momento”.
<b>C</b>	“Empatia. É muito difícil quando não se estabelece uma comunicação entre os partícipes do processo”.

Fonte: Silva, 2021

No que diz respeito aos sentimentos e emoções dos professores ao receberem um aluno com deficiência, vê-se por exemplo, na professora B, que ela não sabia como

proceder com um aluno com necessidades especiais. Segundo ela: “tive ajuda que foi muito importante naquele momento”. Por meio da fala dessa professora, é possível entender que o processo requer um certo preparo, pois a professora não conseguiria prosseguir com suas aulas sem que houvesse a presença do intérprete de Libras.

Pelos relatos acima, constata-se que os professores se colocam no lugar do aluno surdo, dispondo de metodologias, as vezes próprias, que assegurem o seu processo de ensino. Entretanto, percebe-se que há uma fragilidade no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. Com as respostas, é visível analisar diferentes percepções e reações sobre a introdução de crianças surdas na escola.

A professora A, pós-graduada em LIBRAS tem uma reação diferente da resposta da professora B, em que essa, diz ser “muito difícil”, demonstrando maior dificuldade ao domínio da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS. Essas respostas obtidas, atestam o quão importante é o curso de Língua Brasileira de Sinais.

**Tabela 7- Socialização acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores para promover a alfabetização de alunos surdos.**

<b>PROFESSORES</b>	<b>Quais práticas pedagógicas vêm sendo desenvolvida por você por você com o objetivo alcançar um processo de alfabetização significativo com os alunos?</b>
<b>A</b>	“No momento não estou em sala de aula e não estamos crianças surdas”.
<b>B</b>	“Neste momento não estou trabalhando com alunos surdos”.
<b>C</b>	“Hoje não tenho aluno surdo, as ações desenvolvidas devem sempre buscar inserção de todos”.

Fonte: Silva, 2021

No momento de realização da pesquisa, os professores não estavam atuando em sala de aula, assim como não estavam trabalhando com nenhum aluno com necessidades educativas auditivas. Nesse sentido, não foi possível haver diálogo acerca das experiências e práticas pedagógicas que eles desenvolveriam se estivessem em sala.

No entanto, com base nas ideias de Quadros (1997) percebemos que a educação bilíngue precisa exercer um compromisso e competência de se adequar

frente as necessidades dos alunos surdos, bem como, em relação às suas subjetividades. Precisamos levar em consideração a realidade dos nossos alunos, bem como suas necessidades e individualidade, pois estas são importantes contribuintes no processo de ensino-aprendizagem destas crianças.

**Tabela 8 - Métodos e/ou recursos para trabalhar a aquisição de leitura e escrita.**

<b>PROFESSORES</b>	<b>Quais metodologias e/ou recursos utilizam para trabalhar a aquisição da leitura e escrita com os alunos surdos?</b>
<b>A</b>	“Um bom planejamento de modo a integrar estes alunos, através de estímulos, ações e meios para que o aluno possa compreender a leitura e a escrita”.
<b>B</b>	“Como ele não sabia Libras a professora de libras teve que ensinar tanto para a turma, foi muito bom!”.
<b>C</b>	“Leitura de imagens com utilização de instrumentos visíveis e concreto é possível melhorar o avanço na aprendizagem”.

Fonte: Silva, 2021

O intuito dessa assertiva, era indagar sobre os métodos que os professores utilizavam durante suas aulas para alfabetizar crianças surdas e seus processos de aquisição de leitura e escrita.

Os professores ainda estão alheios as exigências do processo educacional do aluno surdo, no sentido de eles não fazerem uso de recursos e metodologias que contribuam de fato, na alfabetização da criança. Em tese, eles citam que deve haver planejamento e ações que priorizem este processo. Porém, não citam um exemplo de métodos que possam ser usados durante este processo de alfabetização.

Quando o professor C diz “leitura de imagem com utilização de instrumentos visíveis e concretos”, nota-se que ele se aproxima de práticas alfabetizadoras para crianças surdas, ocorridas por meio da memorização. Essa metodologia acontece quando o professor mostra a representação de uma imagem, e em seguida mostra a sinalização referente a imagem. Dessa forma, o aluno dá sentido e significado aos símbolos, chegando a “ler o mundo” como propõe Freire (1988).

Na pergunta “percebe que os alunos surdos demonstram mais ou menos tempo para serem alfabetizados? Justifique sua resposta”, a professora A diz que “sim, depende de pessoas especializada para cuidar do aluno surdo. Metodologias adequada, técnicas e uma variedade de recursos apropriado para alavancar o seu desenvolvimento”.

A professora B, “Depende muito, sabemos que existem muitas dificuldades que atrapalham este processo, as vezes a família não aceita, profissional que não domina, por isso é necessário a ajuda de um profissional especializado”. Já o professor C, atesta: “não acredito que eles sejam lentos ou retardatários, acontece que cada aluno independente de dificuldades ou deficiência tem seu tempo e ritmo de aprender.

Em análise, discutir sobre essas indagações refletem o princípio do reconhecimento da cultura surda por parte dos sujeitos que dela participam. Ademais entra em cena o papel do professor, que é o de mediar o conhecimento dos alunos, de forma que ele seja acessível para todos. As professoras A e B, acreditam que existem fatores que comprometem a aprendizagem da criança; O professor C complementa essas falas, dizendo que cada aluno aprende no seu ritmo e tempo, não singularizando o aluno surdo, mas tratando das especificidades e necessidades de todos eles.

Diante dessas perspectivas acerca das metodologias e recursos para a aquisição da leitura e escrita com alunos surdos nos colocamos a refletir sobre a assertiva de dias e Mac Cleary (2006) de que somente após a superação de pensamentos pequenos acerca de uma educação de qualidade, após a superação de desigualdades os que os alunos surdos enfrentam é que poderá ser atingida um escola inclusiva visando promover o intercâmbio entre as duas culturas: surda e ouvinte.

Para que uma criança surda seja alfabetizada, o professor precisa ajustar e criar novos métodos de ensino que visem apropriação da língua escrita e desenvolver consciência crítica das práticas sociais em que o aluno esteja inserido.

**Tabela 9- Análise dos professores acerca do processo de alfabetização dos alunos surdos**

<b>PROFESSORES</b>	<b>Como analisa o processo de alfabetização para aluno com surdez?</b>
<b>A</b>	“Que tenha uma apropriação da linguagem de sinais para facilitar a aprendizagem da segunda Língua Portuguesa para ocorrer a alfabetização deste aluno”.



<b>B</b>	“Não é fácil, a criança precisa aprender duas línguas para se alfabetizar, precisa da família e principalmente dos setores públicos que possam atender com profissionais especializados”.
<b>C</b>	“Há necessidade assim como para os alunos que apresentam grande dificuldade, que o professor desenvolva ações práticas que visem assegurar a alfabetização”.

Fonte: Silva, 2021

Quadros e Schmiedt (2006, p. 26) apontam que “os alunos(as) precisam tornar-se leitores na língua de sinais para se tornarem leitores na língua portuguesa” esta afirmação se relacionada as respostas do professores, nos fazem considerar a alfabetização como um processo complexo, que exige competência e comprometimento docente, pois esta necessita que o aluno surdo adquira as habilidades necessárias da LIBRAS e somente após isso inicie o processo de alfabetização da Língua Portuguesa.

**Tabela 9- Relatos acerca dos avanços na aprendizagem e desenvolvimento da criança surda**

<b>PROFESSORES</b>	<b>Você consegue perceber avanços no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança surda no que diz respeito a aquisição da leitura e escrita?</b>
<b>A</b>	“Sim”
<b>B</b>	“No momento não estou trabalhando com crianças surdas, mas acredito que sim, depende de profissionais especializados”.
<b>C</b>	“Sim, quando o aluno começa a participar, interagindo, realizando as atividades, é perceptível que ele está avançando no processo.

Fonte: Silva, 2021

No que tange a interpretação das respostas dadas pelos professores, subsidiadas pelas suas práticas de sala de aula com alunos surdos, nota-se que é perceptível os avanços das crianças no que diz respeito ao processo de aquisição de leitura e escrita. No entanto, considera-se que todo o percurso escolar da criança surda depende da aquisição da Língua de Sinais, pois como afirma (QUADROS; PIZZIO, 2011, p. 46) “caso a criança não adquira a linguagem nesse período, seu desenvolvimento linguístico será prejudicado”. Diante desta assertiva das autoras, reitera-se a Libras como ponto de partida da escolarização da criança surda, bem como todo seu desenvolvimento social.

**Tabela 10- Diferença na escrita do aluno surdo comparado ao aluno ouvinte**

<b>PROFESSORES</b>	<b>Há diferença na escrita do aluno surdo comparado ao do aluno não surdo? por quê?</b>
<b>A</b>	“Sim. O surdo apresenta limitações nas interações sociais para aprendizagem, as quais tornam-se difíceis não pela surdez, e sim pela falta de linguagem comum entre o locutor e interlocutor”.
<b>B</b>	“Meu aluno escrevia normalmente!!! ele copiava do quadro com letras cursivas”.
<b>C</b>	“Sim e não. Sim, na elaboração das palavras por conta das percepções de fonemas e quantidade de letras. Não porque na dificuldade faz parte do processo”.

Fonte: Silva, 2021.

Quando a professora A, diz que “sim”, e explica pontuando que “o surdo apresenta limitações nas interações sociais para a aprendizagem, as quais tornam-se difíceis não pela surdez, e sim pela falta de linguagem comum entre o locutor e o interlocutor, entendemos que ela considere a interação como ponto determinante no processo de desenvolvimento da criança. Segundo Lacerda (2000) as crianças com surdez precisam vivenciar experiências com a Língua de Sinais na idade certa, pois quanto antes estas crianças estiverem inseridas na comunidade surda, melhor desenvolverá sua comunicação, de forma eficiente e completa, o que possibilitará um melhor desenvolvimento cognitivo e social.

A professora B, relata que seu aluno copiava normalmente, “ele copiava do quadro em letras cursivas” e o professor C, coloca que “sim e não. Sim, na elaboração

das palavras por conta das percepções de fonemas e quantidade de letras e não, porque toda essa dificuldade faz parte do processo”.

Infere-se, portanto, que os alunos surdos, embora apresentem em algum momento, dificuldades específicas, são capazes de aprender e se desenvolver socialmente como qualquer outra pessoa não surda. Assim como os ouvintes se desenvolvem por meio do diálogo e interação social, da mesma forma acontece com os alunos surdos.

Pontua-se que a diferença é que esses alunos com surdez precisam ser alfabetizados em sua língua materna para que após isso, consigam se comunicar através da língua escrita proporcionada pela segunda língua, o Português. Alinhamos a essa assertiva a compreensão de Mantoan (2003, p. 48), “Na escola inclusiva, o aluno é sujeito e foco principal de toda ação pedagógica dirigida pelo professor, que o auxilia educacionalmente em todas as suas necessidades.” Portanto, para se alcançar uma educação inclusiva, é preciso o comprometimento dos atores envolvidos no projeto, assim como a necessidade da apropriação da linguagem de sinais a fim de haver interação social para que a criança surda consiga se desenvolver socialmente.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos que foram estudados nesse trabalho, no que tange à interpretação da teoria que embasou o estudo e a pesquisa de campo, destaca-se que a Educação Inclusiva tem sido uma luta de anos, em que vem sofrendo grandes transformações e mudanças.

Conhecer e entender sobre os aspectos históricos se torna essencial para que os profissionais da educação reflitam acerca do processo de escolarização que esses educandos passaram e, ainda, passam de exclusão, ou seja, não sendo considerados aceitos como seres sociáveis até chegar aos dias atuais, em que devem ser incluídos social e educacionalmente.

A Educação Inclusiva, hoje, é amparada legalmente por diferentes leis e decretos, fato que retrata o direito das pessoas com deficiências de participarem e serem envolvidas em todas as atividades que a sociedade propicia aos sujeitos que dela fazem parte.

Acerca do processo de alfabetização do aluno surdo, nota-se que essa é uma fase complexa e delicada do processo de desenvolvimento educacional e pessoal da criança, não apenas surda, mas também da criança ouvinte, por se tratar da fase inicial da vida escolar do aluno e que, portanto, precisa ser construída e se tornar uma base sólida.

Entende-se que as práticas pedagógicas utilizadas no processo de alfabetização do aluno surdo mostram ser relevante no desenvolvimento da prática docente e conseqüentemente, no processo de ensino-aprendizagem destas crianças. Além disso, percebe-se que os professores ainda não estão confiantes e preparados para receber em sala, crianças com necessidades auditivas. Parte desse despreparo, se dá pelas dificuldades recorrentes à falta de habilidades da Língua Brasileira de Sinais.

Por meio desse estudo objetivou-se compreender como acontece o processo de alfabetização do aluno surdo, bem como, identificar as dificuldades encontradas pelos professores durante este processo de alfabetização e claro.

Durante os estudos e pesquisas realizadas para entender melhor como acontece a aquisição da leitura e escrita dos alunos com surdez, foi possível perceber, nas respostas dos professores, quão desafiadora é essa fase. Primeiro porque a alfabetização é a base de toda a vida escolar da criança e, segundo, por essas crianças

precisarem não apenas aprender a ler e a escrever, mas antes de mais nada, se reconhecer na cultura surda

Para que a criança surda seja de fato alfabetizada e letrada, é preciso que ela compreenda sua própria língua materna, que é a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, pois o meio desta, ela conseguirá se comunicar com as demais pessoas, conviver e interagir socialmente.

Outro ponto a ser salientado, é a dificuldade do processo de alfabetização para alunos surdos, por ter sido analisado que muitos pais não tem domínio da língua de sinais inviabilizando a comunicação deles com os filhos. Isso tende a retardar o desenvolvimento da criança.

Os desafios encontrados por essas crianças iniciam desde muito cedo, ainda no seio familiar. Quando elas não recebem apoio de casa, o processo de escolarização torna-se ainda mais complicado, pois os familiares são os primeiros sujeitos pelos quais realiza suas interações sociais. Por meio deles, ela inicia o processo de desvelar o mundo ao seu redor

O que se pode concluir com esse estudo e com base na amostra de dados coletada no momento da pesquisa de campo realizada nas instituições públicas de ensino da cidade de Caxias-Ma, de modo geral é que os professores da rede pública não se sentem preparados para receber o público da Educação Inclusiva dentro da escola, por mais que haja o Atendimento Educacional Especializado – AEE. O que necessita além disso, é de que os professores da educação básica se sintam confiantes e preparados para receber os alunos não só com necessidades auditivas, como também outras necessidades educativas especiais.

Para que a inclusão de alunos surdos aconteça, sobretudo que tenham êxito no processo de alfabetização e letramento, faz-se necessária a realização de cursos de formação continuada na área da Educação Inclusiva, pode sanar essa problemática. Com a efetivação de cursos básico, intermediário e avançado em LIBRAS, há um melhor desenvolvimento das práticas pedagógicas e autonomia do professor, auxiliando o desenvolvimento das crianças surdas.

Diante dos fatos apresentados e levantados, além da problemática descrita inicialmente, pode-se afirmar que os objetivos foram alcançados, tornando possível averiguar os desafios e dificuldades apresentados pelos professores durante o processo de alfabetização e letramento de alunos surdos. Com isso, vislumbra-se ajudar os demais pesquisadores e acadêmicos na contribuição de ideias relacionadas

ao desenvolvimento de uma educação mais inclusiva em Caxias – MA, de modo a influenciar diretamente na prática docente dos professores do município.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina A. Mota. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). acessado em 14, jan, 2021.

\_\_\_\_\_. **Atendimento Educacional Especializado. Pessoa com Surdez**, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_da.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf). Acesso em: 23/11/2021.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). acessado em 14, jan, 2021.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, 2000, 19 dez.

\_\_\_\_\_. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 7 jul.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB. 9394/1996. São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ministério Nacional da Educação**. Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE de 27 de abril de 2007. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília: 2007.

\_\_\_\_\_. **Ministério Nacional da Educação**. Projeto Político Pedagógico. Brasília. Ministério da Educação, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Saúde**. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 466, de 12 de dezembro de 2012. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, acesso em: 21 fev 2021.

CAPOVILLA, F. C., & RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira** (3a ed., Vol. II: sinais de M a Z). São Paulo, SP: Edusp. 2008.

DUARTE, Karina. ROSSI, Karina. **O processo de alfabetização da criança segundo Emília Ferreiro**. Garça/ SP. Revista Científica de Pedagogia. FAEF, 2008.

DUBOC, M. J. O. **A formação do professor e a inclusão educativa: uma reflexão centrada no aluno surdo**. Sitientibus, Feira de Santana, n. 31, p. 119-130, 2004.

FERREIRO, Emilia. **Com Todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 102 v.2.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões Sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2000, p.104.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

GUARINELLO, A C. **O papel do outro no processo de construção da produção da escrita de sujeitos surdos**. Tese (Doutorado em Linguística) - Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

KUBASKI, Cristiane. MORAES, Violeta Porto. **O Bilinguismo como Proposta Educacional para Crianças Surdas**. IX Congresso Nacional da Educação da Saúde- EDUCERE, III encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 26-29 de outubro de 2009. PUCPR.

LACERDA, Cristina B.F. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Cadernos CEDES [online]. 1998, v. 19, n. 46 [Acessado 4 julho 2021], p.68-80. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000300007>>. E pub 07 Dez 2001. ISSN 1678-7110. <https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000300007>

\_\_\_\_\_. Cristina B.F. **A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: Trabalhando com sujeitos surdos**. Cadernos Cedes, Campinas, n. 50, 2000a

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 3 ed. 2003

MANTOAN, M.T. **E Inclusão escolar: o que é? Porque? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MALHOTRA, S.; RAJENDER, G.; BHATIA, M.S.; SINGH, T.B. **Effects of Picture Exchange Communication System on Communication and Behavioral Anomalies in Autism**. *Indian Journal of Psychological Medicine*, v.32, n.2, p.113, 2010.

MARQUES. Marcley da Luz. **A formação do Professor para a Educação de Surdos**. IV Seminário Internacional de Representações, Subjetividade e Educação- SIRSSE e VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente- SIPD/ CATEDRA UNESCO. IFPB. 2019.



McMLEARY, L. **Bilinguismo para surdos: brega ou chique? (Mesa redonda: Os surdos e o bilinguismo – da casa para o mundo** (29 de setembro de 2006). V CONGRESSO INTERNACIONAL E XI SEMINÁRIO NACIONAL. Surdez: família, linguagem, educação. Rio de Janeiro: INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos.

PEREIRA, Simone Rodrigues. **Os processos de Alfabetização e Letramento em Libras: Um percurso Semiótico**. São Paulo: Bebedouro, 2009.

PEIRCE, C.S. **Semiótica e Filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1975.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

\_\_\_\_\_. Ronice Muller; PIZZIO, Aline Lemos. **Aquisição da Língua de Sinais**. Florianópolis: UFSC, 2011.

SÁ, Nídia Limeira. **Educação de Surdos: a caminho do bilinguismo**. Niterói: EDUFF, 1999.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Alcione Luz. Políticas Públicas: caminhos para a inclusão do indivíduo surdo na sociedade. **Portal educação, 2015**.

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 2007.

SILVA, Greice Ferreira da. **O Leitor e o Recriador de Gênero Discursivo na Educação Infantil**. Tese (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2013.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento: caminhos e Descaminhos**. Revista Pátio, ano VII, nº 29, 2004.

\_\_\_\_\_. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de educação. 2004 nº 25. p. 5 – 17.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo. Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização e Letramento**. Ed. Contexto. São Paulo, p.15, 2020.

STEWART, D. A. **"Pesquisa sobre o uso de língua de sinais na educação de crianças surdas"**, In: MOURA, M.C. et al, Língua de sinais e educação do surdo. São Paulo: Tec Art. 1993.

VELOSO, Ana Carolina Siqueira. **Alfabetização do indivíduo surdo: primeiro em LIBRAS ou em português?** .In: XVI Congresso de Leitura do Brasil Cole: Anais do XVI COLE, Universidade do Rio de Janeiro, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. L. S. **A Formação social da mente**. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989.

**A- PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR ALFABETIZADOR PARA A  
AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA DO ALUNO SURDO NA PERSPECTIVA DA  
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE CAXIAS-MA.**

**APÊNDICE - QUESTIONÁRIO ABERTO PARA OS(AS) PROFESSORES(AS)  
ALFABETIZADORES(AS)**

Escola:

**IDENTIFICAÇÃO**

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

Formação inicial: \_\_\_\_\_

Tempo de formação: \_\_\_\_\_

Tempo de exercício como professor:

Especialização: ( )SIM ( )NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

01.O que você entende como processo de alfabetização?

---

---

02. Você tem conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais? justifique sua resposta.

---

---

---

03. Consegue se comunicar com os alunos surdos? comente sua resposta.

---

---

---

04.Em suas aulas, como promove atividades de leitura e escrita que envolvam os alunos surdos nas aulas de alfabetização? justifique sua resposta?

---

---

---

05. Como descreveria seus sentimentos ao identificar alunos surdos em sua sala de aula?

---

---

06. Quais práticas pedagógicas vêm sendo desenvolvida por você, com o objetivo de alcançar um processo de alfabetização significativo com os alunos surdos?

---

---

07. Quais metodologias e/ou recursos utiliza para trabalhar a aquisição da leitura e escrita com os alunos com surdez?

---

---

08. Percebe que os alunos surdos demonstram mais ou menos tempo para serem alfabetizados? justifique sua resposta.

---

---

09. Como analisa o processo de alfabetização para alunos com surdez?

---

---

10. Você consegue perceber avanços no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança surda no que diz respeito a aquisição da leitura e escrita?

---

---

11. Há diferença na escrita do aluno surdo comparado ao do aluno não surdo? por quê?

---

---

---